



## O “LUGAR” DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO DE GEOGRAFIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CAMINHOS E DESCAMINHOS DA TEMÁTICA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE PERNAMBUCO

Eduarda Jesus Pereira Farias <sup>1</sup>  
Orientador do Trabalho: Wedmo Teixeira Rosa <sup>2</sup>

**RESUMO:** Este estudo buscou investigar e analisar as principais possibilidades e desafios impostos à educação básica no Estado de Pernambuco, com ênfase à educação das relações étnico-raciais, pela pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), dispendo como discussão as práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito da Geografia escolar para trabalhar as especificidades do tema proposto, tendo como referências escolas do Ensino Médio da rede pública estadual de educação de Pernambuco localizadas na Região Metropolitana do Recife (RMR). Desse modo, o objetivo principal desta pesquisa foi analisar como a temática história e cultura afro-brasileira estão sendo abordadas no componente curricular Geografia no contexto da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) no Ensino Médio da rede estadual de educação de Pernambuco. Para alcançar o objetivo proposto, foram realizadas pesquisas bibliográficas, análise documental e de banco de dados do Censo Escolar da Educação Básica realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), além de aplicação de questionário no formato digital (*Google Forms*) com os professores do componente curricular de Geografia que trabalham na RMR. Com a realização da pesquisa, foi possível constatar que existem normativas que regem e fomentam a inserção da temática história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, mas, ainda, sua efetiva implementação ocorre de forma lenta, especialmente no componente curricular de Geografia, o que foi agravado no período das aulas não presenciais, entre 2020 e 2021.

**Palavras-chave:** educação básica; geografia escolar; novo coronavírus; racismo; temática afro-brasileira.

### INTRODUÇÃO

Este estudo faz parte do projeto de pesquisa “O ensino de geografia e a educação das relações étnico-raciais: análises a partir da temática história e cultura afro-brasileira e indígena”, o qual tem como pretensão refletir acerca dos desdobramentos da temática história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino de Geografia da rede pública de educação básica do Estado de Pernambuco.

Neste sentido, este trabalho buscou investigar e analisar as principais possibilidades e desafios impostas à educação básica, com ênfase a educação das relações étnico-raciais, pela

---

<sup>1</sup> Graduanda, Eduarda Jesus Pereira Farias, do Curso de Licenciatura em geografia no Instituto Federal de Pernambuco - IFPE, [eduardafariss@gmail.com](mailto:eduardafariss@gmail.com);

<sup>2</sup> Professor orientador: Doutor, Wedmo Teixeira Rosa, Instituto Federal de Pernambuco - IFPE, [wedmo@recife.ifpe.edu.br](mailto:wedmo@recife.ifpe.edu.br).

pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), dispendo como discussão as práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito da Geografia escolar para trabalhar as especificidades do tema história e cultura afro-brasileira, tendo como referência escolas do Ensino Médio da rede pública estadual de educação de Pernambuco localizada na Região Metropolitana do Recife (RMR).

A aprovação da Lei 10.639/2003<sup>3</sup>, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira na educação básica, significa um grande avanço da educação brasileira, que passa a reconhecer oficialmente a importância da temática na formação do povo brasileiro. Segundo Santos (2010), essa Lei é uma conquista do movimento negro, tornando-se um instrumento fundamental de luta pela promoção de uma educação para a igualdade racial, abrindo possibilidades de discussões da necessidade de mudanças nos conteúdos ensinados em todos os níveis da educação, o que perpassa pela descolonização do currículo e do saber.

Sendo assim, as instituições de ensino da Educação Básica na Região Metropolitana do Recife (RMR) juntamente com as práticas pedagógicas desenvolvidas são primordiais no processo de efetivar a implementação da Lei citada anteriormente, além de ser fundamental no processo de promoção de uma educação para a igualdade étnico-racial.

É importante ressaltar que o cenário contemporâneo, imposto pela pandemia provocada pela COVID-19 (uma doença infecciosa causada pelo Novo Coronavírus SARS-CoV-2), acentuou ainda mais as desigualdades educacionais, socioespaciais e econômicas da população, especialmente de brasileiros que vivem em vulnerabilidade, “a quem vem sendo negado o reconhecimento social como cidadãos de direitos” (SPOSATI, 2020, p. 103). As medidas sanitárias de proteção para minimizar a contaminação e os efeitos da COVID-19 impactaram, entre outros diversos setores, diretamente a educação em nosso país, provocando prejuízos ao direito à educação, principalmente aos brasileiros mais vulneráveis, pessoas que não têm garantido igualdade de direitos no enfrentamento dessa doença e no acesso efetivo ao ensino remoto, pois grande parte da população que vive nas cidades e áreas rurais não têm acesso à equipamentos tecnológicos informatizados e internet, demonstrando que as desigualdades sociais são acompanhadas de exclusão digital (COUTO; COUTO; CRUZ, 2020).

---

<sup>3</sup> Em 2008, esta norma jurídica foi ampliada com a Lei 11.645/2008, que tornou obrigatório, também, a inserção da temática história e cultura indígena no currículo escolar da educação básica.

Neste sentido, este trabalho busca analisar, discutir e compreender a seguinte questão de pesquisa: como a Geografia escolar do Ensino Médio da rede estadual de educação de Pernambuco vem abordando a temática história e cultura afro-brasileira diante dos desafios impostos à educação básica pela pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19)?

Ainda são muitos os desafios conferidos ao desenvolvimento da educação, especialmente ao ensino da história e cultura afro-brasileira, que, apesar dos avanços e conquistas, ainda encontra resistências nas diversas esferas do sistema educacional do Brasil. As discussões, reflexões e pesquisas que envolvem a educação das relações étnico-raciais, especialmente em tempos de pandemia, coloca em evidência a complexidade do processo de reconhecimento e fortalecimento da cultura e da identidade afro-brasileira, que ainda tem um longo caminho a percorrer, principalmente no que se refere a formação de um ser humano que reconheça e valorize a pluralidade cultural, étnica e racial do povo brasileiro.

O objetivo principal desta pesquisa foi analisar como a temática história e cultura afro-brasileira está sendo abordada no componente curricular Geografia no contexto da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) no Ensino Médio da rede estadual de educação de Pernambuco. Para alcançar o objetivo proposto, foram realizadas pesquisas bibliográficas, análise documental e de banco de dados do Censo Escolar da Educação Básica realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), além de aplicação de questionário no formato digital (*Google Forms*) com os professores do componente curricular de Geografia que trabalham na RMR.

## **METODOLOGIA**

Considerando a questão central de pesquisa e os objetivos propostos, a abordagem metodológica deste trabalho tem caráter qualitativo, visto que esse tipo de abordagem busca compreender o objeto de estudo dentro do seu contexto e a partir de interpretações de informações não numéricas, reunindo procedimentos, instrumentos e técnicas de pesquisa variadas (DENZIN; LINCOLN, 2006). Para tanto, foram realizadas as seguintes etapas para desenvolvimento da pesquisa: revisão bibliográfica, pesquisa documental e aplicação de formulário de perguntas via *Google Forms*.

Na primeira etapa, foram realizadas as leituras bibliográficas que têm por finalidade conhecer as diferentes concepções científicas acerca do objeto de estudo, fazendo-se consultas a livros, teses, dissertações, artigos científicos, o que contribuiu para maior aprofundamento teórico-conceitual do tema proposto.

Na segunda etapa, sucedeu o procedimento da pesquisa documental, construindo o levantamento e análise documental, especialmente de leis, decretos, diretrizes, pareceres jurídicos, relacionados à implantação da obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica e do desenvolvimento da educação no contexto da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19). Também foram efetuadas a análise do Censo Escolar da Educação Básica de 2021 realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em articulação com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, e de outros bancos de dados relacionados à educação; além das demais plataformas online servindo de apoio para rede estadual de ensino de Pernambuco em tempos pandêmicos.

Foram aplicados, ainda, 20 (vinte) formulários de perguntas, no formato digital (Google Forms), com professores de Geografia de escolas do Ensino Médio, campo do Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Pernambuco – Campus Recife, localizadas em municípios da RMR: Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Recife. Esse procedimento foi realizado com o intuito de analisar a percepção desses docentes em relação aos desafios, estratégias e possibilidades do trabalho com a temática história e cultura afro-brasileira no âmbito da escola e do ensino de Geografia em tempos de pandemia.

O tratamento e análise dos dados e informações – levantados a partir da pesquisa documental e aplicação do formulário de perguntas – foi realizado a partir da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), buscando evidenciar as acepções dos núcleos de sentido e significação das informações por meio da análise temática.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Segundo Santos (2010), a Lei nº 10.639/2003 é um instrumento de luta dos povos negros construído a partir das reivindicações do Movimento Negro, que visa uma educação de igualdade racial. Destarte, a importância da cultura afro-brasileira no ensino, posteriormente ampliada pela Lei nº 11.645/2008 com a inserção da temática indígena; ambas as leis são aparatos jurídicos que propõem na educação básica a obrigatoriedade da inserção da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo escolar.

A promulgação da Lei no 10.639/2003 incentiva e valoriza a discussão sobre a luta dos negros no Brasil, a história e cultura do povo negro brasileiro, além de destacar a

contribuição deste grupo na formação da sociedade brasileira, tanto quanto, nas áreas social, econômica, literária e política (BRASIL, 2003).

A pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), “parou” o mundo no século que é considerado dos grandes avanços tecnológicos, científicos e da intensificação da globalização, deixando em colapso a saúde e hospitais, até mesmo aqueles de países considerados desenvolvidos. Após o surgimento do vírus e sua proliferação no mundo foram adotadas medidas para bloquear o avanço da doença, medidas estas que fechou vários setores da economia ou quaisquer tipos de atividade que provoque aglomeração e não seja considerado serviço essencial. (COUTO; COUTO; CRUZ, 2020).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A LEI Nº 10.639/2003 NO CONTEXTO DA COVID-19**

Segundo Lopes (2006), o Movimento Negro tem sido o principal alicerce para a luta racial, contribuindo para construção de um currículo antirracista em simultâneo à Lei 10.639/2003 norteadora desta luta. Por sua vez, Santos (2010, p. 142) corrobora falando que “todas estas pautas são articuladas na busca pela construção de uma educação para a igualdade racial, que é o objetivo das lutas do Movimento Negro no campo da educação”. Ou seja, os

movimentos sociais se tornam imprescindíveis para que todos tenham oportunidades de conhecer sua história e cultural, plenamente no processo de ensino-aprendizagem e socialização dentro e fora do espaço escolar. No Brasil é obrigatória a implementação desta Lei nas diretrizes curriculares, visto que é uma maneira de mitigar o racismo e entender a cultura afro-brasileira.

Nesse sentido, o currículo tem o papel fundamental para a construção de uma luta antirracista tanto em sala de aula, quanto no ambiente escolar e social. No entanto, no cenário atual nos deparamos com a pandemia da Covid-19, a qual tem provocado mudanças profundas em todo cenário social, enfatizando as desigualdades sociais já existentes anteriormente.

A pandemia escancarou a vulnerabilidade socioeconômica de parcelas de grupos específicos, grupos estes que a maior parte são afro-brasileiros e indígenas. De acordo com o levantamento da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), a população negra tem o maior risco de contaminação do vírus devido à vulnerabilidade existente (FIOCRUZ, 2020).

Vale salientar que este estudo é de grande interesse para a Geografia, tendo em vista os grupos afetados, aspectos econômicos, urbanos, demográficos e global. Além do mais, tudo que engloba espaço e sociedade, epistemicamente, é de encargo da Geografia analisar. Sendo assim, estudar as relações étnico-raciais no contexto pandêmico é compreender toda a complexidade a qual estamos inseridos atualmente e isto requer um aperfeiçoamento das diretrizes curriculares perante este cenário, o que, por sua vez, determina uma reorganização do ensino.

#### **4.2 A SUSPENSÃO DAS AULAS PRESENCIAIS DURANTE A PANDEMIA SUCEDEU EM UM NOVO FORMATO DA SALA DE AULA**

Com a intensificação da pandemia do COVID-19 em 2020, foi necessário criar novas estratégias para o novo formato da sala de aula, tendo em vista que o ambiente de outrora já não é mais o mesmo após a suspensão das aulas presenciais. Abruptamente todo corpo escolar, os educadores, gestores, pedagogos, estudantes tiveram que se reinventar e repensar suas práticas pedagógicas, saberes docentes e vivências, bem como a maneira de transpor didaticamente o ensino-aprendizagem mediada pela tecnologia. (PERNAMBUCO, 2021)

Nesse contexto, o estado de Pernambuco promulgou a Lei de nº 17.468, de 4 de novembro de 2021, que retrata a acessibilidade às aulas remotas das escolas públicas e privadas, assegurando aos estudantes, com ou não deficiência, o direito de participarem das aulas no formato virtual.

Entretanto, é notório que nesta primeira instância a Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE) não respaldou os estudantes que vivem em situações de vulnerabilidade, cuja grande parte é representada por Pretos, Pardos e Indígenas, de acordo com o levantamento da FIOCRUZ, realizado no ano de 2020.

Por outro lado, a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE) adotou medidas para a educação no contexto pandêmico, como método de assegurar o ensino aos estudantes, foram reelaborados métodos que são essenciais ao ensino básico em tempos de pandemia, a exemplo do Cartão Alimentação, Conecta Aí, Educa-PE e Protocolo de Segurança (PERNAMBUCO, 2021).

- **Conecta Aí** - O Programa “Conecta Aí” oferece internet

gratuita aos estudantes da Rede Estadual durante o ano letivo de 2020,



visando minimizar os impactos da pandemia da Covid-19. O "Conecta Aí" funciona por meio de patrocínio de pacotes de dados de internet para acesso gratuito ao material da Plataforma Educa-PE, do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e do Google Classroom.

- **Educa-PE** - O Educa-PE é um ambiente de apoio digital à educação não-presencial em Pernambuco e visa contribuir com a formação dos profissionais da Rede e ampliar a oferta de conteúdos pedagógicos aos estudantes, através de uma educação mediada por tecnologia.
- **Protocolo de Segurança** - Para que as atividades presenciais sejam retomadas de forma segura e responsável durante a pandemia da Covid-19, a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco elaborou um **caderno de protocolo**. (PERNAMBUCO, 2021).

A priori, foram abordados os parâmetros que correlacionam com o nosso estudo e ensino remoto; Conecta Aí e Educa-PE (PERNAMBUCO, 2021). A proposta do estado é garantir as aulas para os estudantes, cujo programa "Conecta Aí" possibilita oferecer internet gratuita aos alunos da Rede Estadual. Sendo assim, uma maneira de mitigar os impactos que a pandemia da Covid-19 propagou. O acesso a este programa ocorre através das plataformas Educa-PE, Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e *Google Classroom* (Google Sala de Aula), visando ser um apoio digital à educação não-presencial em Pernambuco. (PERNAMBUCO, 2021).

Sendo assim, com intuito de entender qual o espaço sucedeu a realização das aulas não presenciais da rede estadual de Pernambuco, foi aplicado o formulário de perguntas *via google forms* com os professores da rede pública de ensino do estado de Pernambuco que atuam nos seguintes municípios: Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Recife.

No ensino remoto as tecnologias ganharam maior destaque no cenário educacional, sendo utilizadas como recursos didáticos no processo de ensino-aprendizagem em tempos de pandemia. O computador, tablet e smartphones com advento da internet foram as ferramentas que estiveram presentes no cotidiano dos educandos e professores (INEP, 2020). A internet passa a ser essencial para auxiliar nas práticas pedagógicas, contudo, no gráfico 1, podemos destacar as ferramentas e meios de comunicação que foram mais utilizados pelas escolas da rede estadual de Pernambuco. Cerca de 65% utilizaram a internet como meio de interação e

disponibilização de materiais didáticos para o ensino-aprendizagem dos educandos.

Nesse contexto, o ensino remoto trouxe mudanças repentinas na reelaboração da metodologia, práticas pedagógicas e na transmissão de conteúdo. Para os educandos, essa mudança abrupta desencadeou um déficit no ensino-aprendizagem, pois essa forma de ensino ocorreu praticamente sem nenhum preparo tanto dos professores quanto dos estudantes, que tiveram que se adaptar ao ensino remoto. (MOREIRA; SCLEMMER, 2020, p. 7).

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), 95,6% das escolas da rede pública participaram do Censo Escolar 2021. Este levantamento permitiu identificar quais ações foram implementadas pelas escolas diante da necessidade do enfrentamento ao novo Coronavírus. Uma das ações adotadas é o “Continuum curricular” o qual objetiva mitigar a evasão escolar e garantir o processo de ensino-aprendizagem dos educandos.

Vale salientar que as desigualdades sociais foram evidenciadas pela pandemia. E assim, abre uma lacuna no que diz respeito a educação igualitária para todos, além de que, segundo estudo “Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19” no Brasil, a população negra obtém o maior índice de vulnerabilidade na pandemia do novo coronavírus, pois as desigualdades têm raça, cor e etnia (GOES et al., 2020). Ou seja, ainda há uma grande disparidade na sociedade entre população negra e branca, pois o processo histórico estruturado ao longo de décadas define quais lugares ocupam as pessoas de cor, nos referimos às pessoas negras como pessoas de cor ou etnia, onde, infelizmente, os negros têm maiores indicadores negativos. (GOES, et al. 2020).

#### **4.4 O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)**

Maciel e Garzoni (2018) afirmam que os livros didáticos podem cooperar no desenvolvimento da reflexão acerca da realidade vivenciada pelo país em relação a população negra e indígena e o combate ao racismo. O Brasil possui o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), surgido em 1985, que estabelece regras para elaboração e distribuição dos materiais em todo território brasileiro. Portanto, as autoras conceituam que tais materiais poderiam ser de grande utilidade, sendo um caminho importante para incitar o conhecimento de temas relacionados à diversidade étnico-racial. (MACIEL; GARZONI, 2018).

Entretanto, a pandemia do Novo Coronavírus ocasionou a implementação das aulas remotas nas redes de ensino; decreto estabelecido pelo Ministério da Saúde. Em virtude do

ensino remoto, a abordagem supérflua da implantação da Lei de nº 10.639/2003 acarretou na menor relevância dos conteúdos aplicados sobre a temática história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas devido a redução dos assuntos abordados.

Assim, foi provocada uma inquietação de nossa parte ao pensar em novas possibilidades para aplicação da norma, para tanto, buscamos abordagens que pudessem viabilizar a temática sobre a História e Cultura Afro-brasileira na Geografia escolar no contexto pandêmico. A questão étnico-racial faz parte da orientação curricular da comunidade escolar e também da grade curricular da Geografia, assim como das demais disciplinas. Dessa maneira, devem estar presentes nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs).

Diante disso, verificou-se a necessidade de analisar como sucedeu a temática História e Cultura africana e afro-brasileira no ensino remoto nas escolas estaduais de Pernambuco, bem como as práticas pedagógicas no componente curricular Geografia no ensino básico. A Geografia escolar busca discutir as representações socioespaciais de maneira a incluir as relações étnico-raciais, já que os povos originários e africanos fizeram e fazem parte da construção do território brasileiro.

Perguntamos aos professores de geografia da rede pública estadual de educação de Pernambuco que atuam na Região Metropolitana do Recife (RMR) de que forma a escola aborda a temática história e cultura afro-brasileira e seu grau de importância no componente curricular de Geografia, cerca de 89% dos inquiridos afirmaram que a temática é muito importante, conforme o gráfico 2 representa, e só 11% diz ser importante. Vale salientar que nenhum dos professores que responderam ao questionário, afirmou que a temática não é importante.

Apesar de a maioria dos professores que responderam o questionário afirmarem que consideram a temática muito importante, foi possível identificar que boa parte não abordou de forma satisfatória a temática durante o período das aulas não presenciais. Cerca de 30% consideram a sua abordagem regular e 20% disseram que foi ruim e/ou não abordou a temática.

Isto mostra que apesar de os professores entrevistados considerarem a temática muito importante, existe uma porcentagem de 50% que não cumpre de maneira satisfatória a inclusão da temática história e cultura afro-brasileira no componente curricular de Geografia. Esses dados revelam que é preciso aplicar as determinações da Lei 10.639/2003 de forma mais efetiva, caso contrário, se continuará abordando temas da educação das relações étnico-raciais de forma superficial e/ou marginal no contexto do currículo escolar da educação básica.

No contexto da pandemia, provocada pela Covid-19, foi possível evidenciar que o currículo de Geografia e os professores não estavam preparados para abordar a educação das relações étnico-raciais. Ainda há um longo caminho a ser percorrido para a efetivação da Lei e obtenção de um currículo (des)colonial ou decolonial. Contudo, é válido ressaltar que a colonialidade do currículo tem sido mitigada aos poucos. (MARQUES; CONTE; et al. 2021).

Os professores que responderam o questionário também relataram que a Geografia pode contribuir para a discussão da temática história e cultura afro-brasileira e na promoção de uma educação antirracista. Na fala de um dos professores, ele descreve que a geografia pode corroborar “de forma interdisciplinar com outras disciplinas de humanas, bem como em temáticas específicas como: geografia da população e geografia cultural, urbana, mundo globalizado e etc. Todas com foco relacionado à formação do povo brasileiro e sua diversidade étnico-cultural”.

Foi possível observar no relato dos professores que lecionam o componente curricular Geografia na rede pública estadual de ensino de Pernambuco (RMR) a seguinte fala ao perguntar quais foram os principais desafios e possibilidades, no período das aulas não presenciais, do ensino da temática história e cultura afro-brasileira e indígena a partir do componente curricular da Geografia: "Assim como todas as outras temáticas, as dificuldades foram as adaptações às novas formas de ensino, bem como as limitações ligadas à falta de equipamentos por parte de muitos estudantes”; ter o material e o conteúdo e livros”.

Como podemos ver no depoimento dos professores participantes do questionário da pesquisa, em tempos de pandemia, boa parte dos docentes relatou a não obtenção de recursos didáticos para desenvolver ações e práticas pedagógicas. Dessa forma, por falta de material de apoio houve uma insuficiência ao abordar a temática das relações étnico-raciais.

Em síntese, a Geografia é uma das disciplinas que pode contribuir para o ensino antirracista, tendo em vista a dinamicidade de assuntos que ela proporciona nos seus conteúdos. Portanto, tem potencial de viabilizar reflexões destinadas à valorização das relações étnico-raciais e, ao mesmo tempo, contribui para combater o racismo e respeito com a população negra, destacando suas histórias, culturas e trajetórias.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo objetivou analisar as práticas pedagógicas da Geografia escolar no que diz respeito a abordagem da educação das relações étnico-raciais no contexto pandêmico do

Novo Coronavírus (COVID 19), a partir da análise documental, decretos, normativas, leis e aplicação de questionário com os professores da rede estadual do ensino básico de Pernambuco do componente curricular Geografia.

Uma das principais problemáticas, de modo geral, no ensino remoto está relacionada à tecnologia, sobretudo, o acesso à internet. A Secretaria de Educação e Esporte de Pernambuco (SEE) desenvolveu estratégias e criou decretos para colaborar continuamente com o ensino-aprendizagem dos educandos, todavia sem grandes avanços. Na análise de dados permitiu perceber que um dos empecilhos para o ensino remoto estava relacionado à distância geográfica entre os alunos e professores e o acesso à internet capaz de atender à demanda do estudante.

Em síntese, estruturar as abordagens em conjunto com esses temas é abarcar na progressão de um estudo amplo que inclui a obtenção de um currículo (des)colonial ou decolonial para executar com eficiência a temática pelo corpo docente e científico da educação. A efetiva implementação de uma educação das relações étnico-raciais se constitui em uma maneira de minimizar o racismo fora e dentro do espaço escolar e viabilizar uma construção de um currículo antirracista que repliquem em suas práticas pedagógicas reconhecendo toda a diversidade brasileira e não somente (re)produzir conteúdos eurocêntricos

## REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, C. S. et al. Práticas pedagógicas e relações étnico-raciais nas escolas de educação básica. **Cadernos Imbondeiro**, João Pessoa, v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ci/article/view/21860/12867> Acesso em: 24 ago. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto de France. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2011

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Indicadores de vigilância em saúde descritos segundo a variável raça/cor, Brasil. **Boletim Epidemiológico**, Brasília. v. 48, n. 4, p. 1-35, 2017.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Ivonna S. (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, Pâmela. Denúncias de intolerância religiosa nos estados aumentam 45,6% no primeiro semestre. **O Globo**, 31 ago. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/direitos-humanos/noticia/2022/08/denuncias-de-intolerancia-religiosa-nos-estados-aumentam-456percent-no-primeiro-semester.ghtml> . Acesso em: 2 set. 2022.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Desigualdade social e econômica em**

- tempos de Covid-19.** Rio de Janeiro: FioCruz, 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/desigualdade-social-e-economica-em-tempos-de-covid-19>. Acesso em: 21 fev. 2022.
- GOES, E. F; RAMOS, D. de O; FONTES, A. J. Desigualdade raciais em saúde e a pandemia da covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/d9H84fQxchkfhdbwzHpmR9L/?lang=pt>. Acesso em: 21 fev. 2022.
- MOREIRA, J. A. ; SCHLEMMER, E. Por um novo conceito e paradigma de educação digital online. **Revista UFG**, Goiânia, v. 20, n. 26, p.7, 2020.
- PERNAMBUCO. **Decreto Lei de nº 17.468, de 4 de novembro de 2021.** Dispõe sobre a acessibilidade nas aulas remotas das escolas públicas e privadas no Estado de Pernambuco. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 2021. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=58568&tipo>. Acesso em: 21 fev. 2022.
- PERNAMBUCO. **Decreto no 48.477, de 26 de dezembro de 2019.** Institui o Regimento Escolar Unificado Substitutivo das Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino do Estado de Pernambuco. Recife: Alepe Legis, 2019. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=48557&tipo=TEXTUORIGINAL>. Acesso em: 24 ago. 2022
- PERNAMBUCO. Instrução Normativa no 04/2011. Orienta procedimentos quanto à inclusão no Currículo Oficial das escolas integrantes do Sistema Estadual de Ensino da obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**, Recife, n. 28, p. 13, 9 fev. 2011. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=2011&pasta=Fevereiro\Dia%2009>. Acesso em: 24 ago. 2022.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. **Dia Mundial da Educação é marcado pelas importantes conquistas da Rede Estadual.** Recife: SEE, 28 abr. 2021. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=&cat=37&art=6120>. Acesso em: 21 fev. 2022.
- SANTOS, Renato Emerson dos. Ensino de Geografia e currículo: questões a partir da Lei 10.639. **Terra Livre**, São Paulo, ano 26, v. 1, n. 34, p. 141-160, jan./jun. 2010.
- SILVA, Claudilene.; SANTIAGO, Eliete. História e cultura afro-brasileira na prática pedagógica escolar: possibilidades de organização do tempo curricular. **Debates em Educação**, v. 11, n. 23, p. 498-523, 2019. Disponível em: <https://seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/6214>. Acesso em: 21 fev. 2022.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: Significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo. **Mana**, v.13, n.1, abr. 2007.